

Aviso nº 867 - GP/TCU

Brasília, 1 de setembro de 2025.

Senhor Presidente,

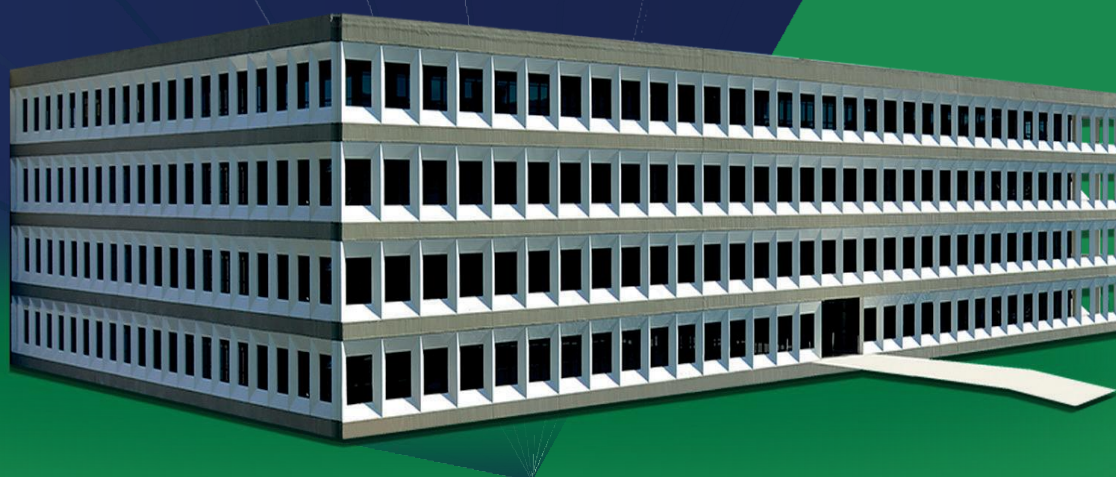
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o arquivo eletrônico do Relatório de Atividades deste Tribunal referente ao 2º trimestre do exercício de 2025, o qual está disponível no link [Transparência \(tcu.gov.br\)](https://transparencia.tcu.gov.br).

Atenciosamente,

*(Assinado eletronicamente)*

Vital do Rêgo  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal JOÃO CARLOS BACELAR  
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF



# Relatório Trimestral de Atividades do TCU

---

2º Trimestre de 2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

---

**MINISTROS**

Vital do Rêgo, Presidente  
Jorge Oliveira, Vice-presidente  
Walton Alencar Rodrigues  
Benjamin Zymler  
Augusto Nardes  
Aroldo Cedraz  
Bruno Dantas  
Antonio Anastasia  
Jhonatan de Jesus

**MINISTROS-SUBSTITUTOS**

Augusto Sherman  
Marcos Bemquerer  
Weder de Oliveira

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU**

Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora-Geral  
Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral  
Paulo Soares Bugarin, Subprocurador-Geral  
Marinus Eduardo de Vries Marsico  
Júlio Marcelo de Oliveira  
Sergio Ricardo Costa Caribé  
Rodrigo Medeiros de Lima

## APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, apresento ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o **Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU)** relativo ao **2º trimestre de 2025**. O documento traz os principais resultados do Tribunal no período, no que se refere ao julgamento de contas, à apreciação de processos de fiscalização e à gestão administrativa da Casa.

No trimestre, o Tribunal deu continuidade a iniciativas alinhadas com as estratégias estabelecidas pela atual gestão, quais sejam: cidadão no foco, participação cidadã, diálogo institucional e pessoas no centro.

Nesse intuito, menciono o [Portal de Participação Cidadã](#), lançado em abril deste ano e que representa um importante passo para aproximar o controle externo da sociedade, permitindo que qualquer pessoa participe ativamente da definição de prioridades na fiscalização dos recursos públicos pelo TCU. Por meio dessa iniciativa, os participantes apontaram como prioridades a fiscalização de obras de saúde paralisadas, imóveis públicos ociosos, fila do INSS, mudanças climáticas e rodovias federais em más condições.

Quanto às ações de controle efetivadas pelo TCU no 2º trimestre de 2025, destaco, primeiramente, a aprovação, com ressalvas e por unanimidade, das [contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2025](#). As contas incluem o Balanço Geral da União e o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos. Ao examinar as contas o Tribunal concluiu pela adequação das demonstrações contábeis consolidadas da União e pela regularidade com ressalvas da execução dos orçamentos da União e das demais operações realizadas com recursos públicos federais. O parecer prévio emitido pelo TCU auxilia o julgamento das contas, de responsabilidade do Congresso Nacional ([Parecer Prévio das contas do Presidente da República. Acórdão 1.326/2025-Plenário](#) – TC 008.437/2025-4).

Menciono, também, a auditoria que analisou [licitações para a aquisição de software, hardware e serviços de TI](#), promovidas por órgãos e entidades da administração pública federal, envolvendo cerca de R\$ 8,08 bilhões em recursos fiscalizados. Foram avaliadas 123 licitações e constatadas quantidades excessivas ou desproporcionais em atas de registro de preços, pesquisas de preços com valores muito diferentes e possíveis sobrepreços. As economias realizadas pela Administração Pública devido ao trabalho feito pelo TCU, são de R\$ 1,81 bilhão ([Acórdão 1.299/2025 – Plenário](#) - TC 005.467/2024-1).

De igual modo, ressalto o acompanhamento e a aprovação do processo de **desestatização do Porto Organizado de Vila do Conde, no Estado do Pará**, especificamente do terminal portuário VDC 29. A área é administrada pela Companhia Docas do Pará e se destina à movimentação e armazenagem de graneis sólidos vegetais. O Tribunal concluiu pela regularidade da concessão portuária, no entanto fez recomendações para aprimorar o processo, contribuindo para maior eficiência e transparência na desestatização (**Acórdão 1018/2025 – Plenário** – TC 018.517/2024-2).

No período, menciono, ainda, a relevante atuação do Tribunal ao aprovar a solicitação de **solução consensual** formulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), visando à resolução de controvérsias associadas ao contrato de **concessão da Rodovia Fernão Dias – BR 381/MG/SP**, firmado em 2008, entre a Agência e a Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. A solução aprovada pelo TCU prevê um Capex (*Capital Expenditure*) expressivo de R\$ 9,48 bilhões, com R\$ 3 bilhões a serem aplicados nos primeiros três anos. Os recursos serão direcionados prioritariamente para a restauração e manutenção de pavimentos e obras de ampliação e melhorias. A aprovação desse acordo demonstra como a atuação consensual do TCU tem sido instrumento essencial para destravar e viabilizar investimentos em infraestrutura no País (**Acórdão 1.369/2025 - Plenário** - TC 016.032/2024-1).

Devido à relevância, cabe mencionar também os **benefícios financeiros** aferidos em decorrência da atuação finalística do Tribunal no trimestre em referência. Os **benefícios potenciais e efetivos** resultantes de **deliberações e processos** totalizaram **R\$ 18.167.587.765,55**. O montante decorrente das **análises dos atos de pessoal** foi de **R\$ 326.013.941,50**, e os valores decorrentes das **condenações em débito e das multas aplicadas** somaram **R\$ 1.659.921.002,59**.

Assim, no 2º trimestre de 2025, o somatório dos benefícios financeiros efetivos e potenciais das ações de controle atingiu o montante de **R\$ 20.153.522.709,64**, valor **28,71 vezes** superior ao custo de funcionamento do TCU no período (**R\$ 702.002.737,02**).

Vale registrar que, neste trimestre, teve início a divulgação de **benefícios não financeiros** decorrentes das ações de controle que, pela sua própria natureza, expressam resultados relevantes que impactam positivamente a vida do cidadão, por meio do aperfeiçoamento de políticas e serviços públicos.

Nessa sentida, destaco o resultado gerado por **auditorias financeiras realizadas pelo TCU para o aumento da confiança nas informações sobre finanças públicas** decorrente da adoção, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional e com o Ministério do Desenvolvimento Social, de medidas com vistas a que as rotinas de contabilização das despesas com benefícios de prestação continuada reflitam adequadamente a natureza dessas transações nas demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Previdência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social. (**Acórdão 1.094/2025 - Plenário** – TC 017.467/2024-1 )

Esses são apenas alguns dos resultados decorrentes do controle exercido pelo Tribunal, mas que reafirmam o compromisso e o empenho dos membros e servidores desta Casa em bem cumprir a missão institucional de *“aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo”*.

Registro que o detalhamento das realizações aqui apresentadas, bem como a consolidação dos demais dados relevantes resultantes da atuação do Tribunal no 2º trimestre de 2025, podem ser acessadas na página do Tribunal na internet, no **“Painel Resultados do TCU”**.

Ademais, informações atualizadas sobre a atuação do TCU podem ser acessadas por meio de suas redes sociais ([Instagram](#); [X](#) e [Youtube](#)).

Brasília, agosto de 2025

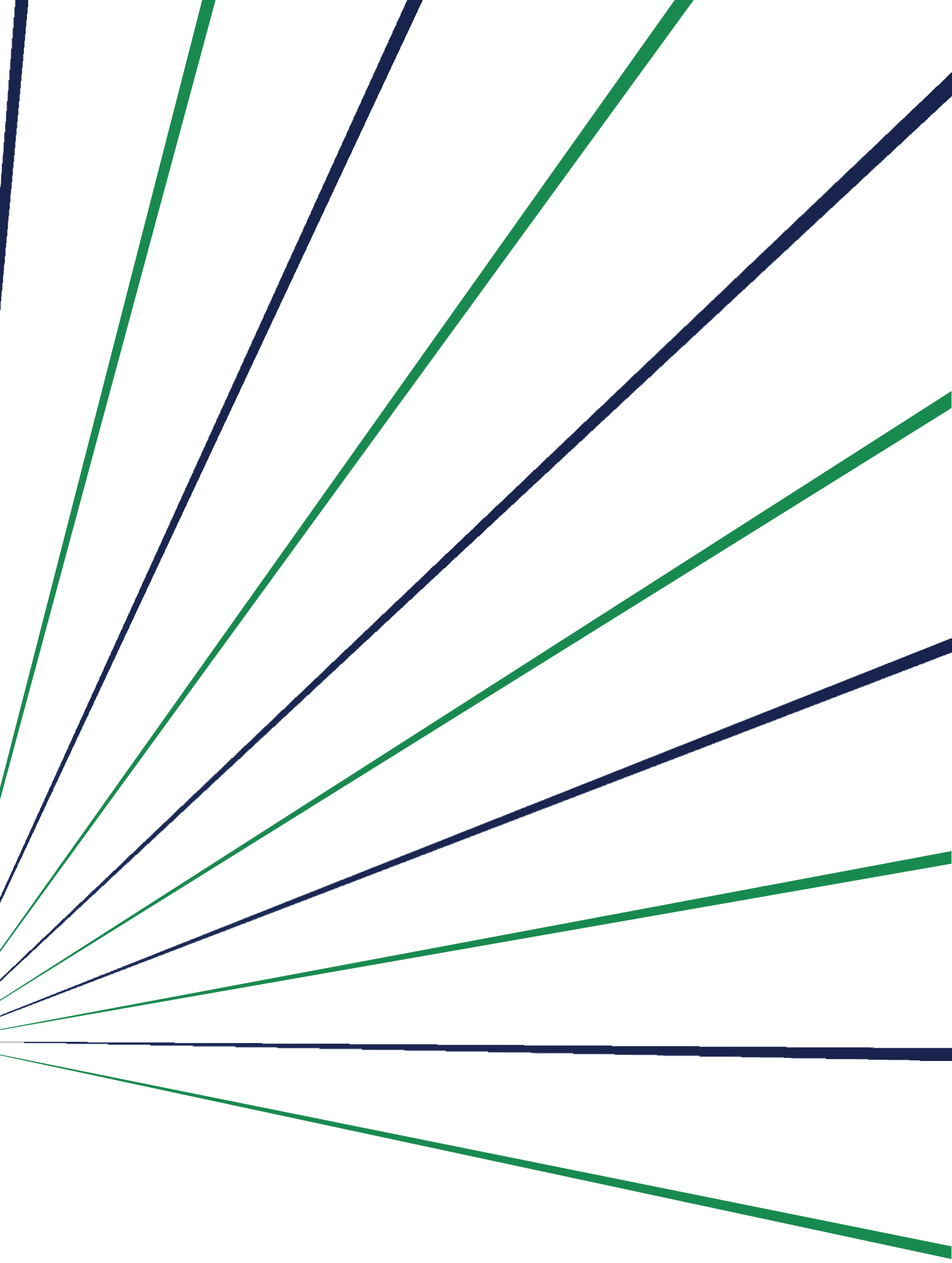


**Ministro Vital do Rêgo  
Presidente do TCU**

## TCU EM NÚMEROS

Principais resultados e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 2º trimestre de 2025

|   | (Efetivo)<br>R\$ 11,335<br>bilhões | (Potencial)<br>R\$ 6,831<br>bilhões |
|---|------------------------------------|-------------------------------------|
| Benefícios financeiros das ações de controle externo  |                                    |                                     |
| Benefício financeiro total das ações de controle externo  | R\$ 18,167 bilhões                 |                                     |
| Montante resultante de condenações em débito e de multas  | R\$ 1,66 bilhões                   |                                     |
| Montante resultante da análise de atos de pessoal   | R\$ 326,01 milhões                 |                                     |
| Responsáveis condenados em débito e/ou multados   | 717                                |                                     |
| Responsáveis julgados   | 1.296                              |                                     |
| Processos de controle externo apreciados conclusivamente  | 1.332                              |                                     |
| Decisões em processos de Solicitações do Congresso Nacional (SCN)   | 23                                 |                                     |
| Fiscalizações concluídas  | 88                                 |                                     |
| Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal | 48                                 |                                     |
| Pessoas Jurídicas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal                   | 15                                 |                                     |
| Indisponibilidades de bens decretadas   | 2                                  |                                     |
| Arrestos de bens solicitados  | --                                 |                                     |
| Medidas cautelares adotadas   | 12                                 |                                     |
| Atos de pessoal apreciados  | 16.015                             |                                     |
| Processos de cobranças executivas (CBEX) autuadas e remetidas ao MPTCU  | 629                                |                                     |
| Montante envolvido nos processos de cobrança executiva  | R\$ 343,01 milhões                 |                                     |
| Acórdãos proferidos   | 4.135                              |                                     |



### **Missão**

Controlar a Administração Pública  
para promover seu aperfeiçoamento  
em benefício da sociedade.

### **Visão**

Ser reconhecido como  
instituição de excelência no  
controle e no aperfeiçoamento  
da Administração Pública.

[tcu.gov.br](http://tcu.gov.br)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.867/2025-GABPRES

Processo: Não se aplica

Órgão/entidade: CD - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Destinatário: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 10/09/2025

*(Assinado eletronicamente)*

STEFANIA SERZANINK

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.